

## CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA

### 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA

Aos 26 dias do mês de novembro de 2015, às 14:00 horas na Sala de Reunião do Instituto de Previdência Social do Município de Betim - IPREMB, situado à Avenida Amazonas, 1354, 4º andar, Bairro Brasileira . Betim, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Previdência - CMP dentre os quais: 1) Leonardo Cardoso de Alvarenga . titular representante do Poder Executivo; 2) Marcelo Jorge da Mata . titular representante do Poder Executivo; 3) Andrea Deborah da Costa . titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Educação (SINDUTE); 4) Weber de Avelar Silva . titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Saúde (SINDSAUDE); 5) Luiz Fernando de Souza Oliveira . titular representante dos servidores inativos e pensionistas (IPREMB) e 6) Getúlio Gonçalves Borges . titular representante dos servidores inativos e pensionistas (IPREMB). A conselheira Rosemary Galvão da Silva Paula . titular representante do Poder Legislativo justificou sua ausência. Pelo IPREMB o senhor Raphael Fernandes Rios Prado . Chefe de Divisão Administrativa e Presidente do Comitê de Investimentos - COMINV; a senhora Camila Francisca Nolasco . Chefe de Divisão de Contabilidade e a senhora Darlene Rocha Nunes Rodrigues, que foi designada para secretariar o Ato. Determinou-se como pauta: 1) Balancete; 2) Carteira de Investimentos e 3) Política de Investimentos. Considerando a renúncia da conselheira representante do Poder Executivo e Presidente do CMP Genoveva de Carvalho Soares, diante da ausência da nova nomeação e seguindo o que prevê no Regimento Interno ficou designado ao conselheiro Leonardo a função de Presidente em substituição. A Chefe de Divisão de Contabilidade Camila inicia a reunião apresentando os resultados do balancete do mês de outubro de 2015. Informa que o total arrecado no mês de outubro foi de aproximadamente R\$ 20.273.000,00 (vinte milhões, duzentos e setenta e três mil reais), sendo de maior valor expressivo a receita patrimonial, referente aos investimentos, girando em torno de R\$ 13.536.000,00 (treze milhões, quinhentos e trinta e seis mil reais). As despesas contabilizaram aproximadamente R\$ 7.160.000,00 (sete milhões, cento e sessenta mil reais). A folha de pagamento consumiu a maior parte do montante, aproximadamente R\$ 7.068.000,00 (sete milhões e sessenta e oito mil reais). O Demonstrativo de movimento numerário mostra um saldo de conta movimento somada a conta de aplicação de aproximadamente R\$ 817.000.000,00 (oitocentos e dezessete milhões de reais). A Chefe de Divisão de Contabilidade Camila questiona se há dúvidas em relação as contas. Não há manifestação. Passa-se a palavra ao Presidente do COMINV Raphael que faz uma explanação sobre a carteira de outubro de 2015. Comenta que o Governo Federal começou a implantar políticas fiscais e o mercado reagiu positivamente. Em outubro o otimismo no Brasil cresceu, o valor do dólar favoreceu os investimentos estrangeiros dentro do país e a desaceleração do mercado chinês aumentou a expectativa na economia nacional. Os títulos de renda fixa que pagam taxas de juros tiveram bons resultados. Os fundos de renda variável tiveram queda. Os fundos fechados do tipo SmallCaps, composto por pequenas empresas, sofrem bastante com a atual crise. Mas as mesmas buscam outras alternativas para se recuperar o que faz com seja interessante investir nesses fundos. O mês de novembro representa uma incógnita devido aos últimos acontecimentos no cenário político do Brasil. O COMINV tem como objetivo, diante dessa situação, preservar o capital. Os fatores indicam que a meta atuarial alcance índice em torno de 16% (dezesseis por cento). Os fundos disponíveis no mercado de capitais e que compõem a carteira não permitem atingir tal valor, mas, em sua maioria, protegem o patrimônio líquido. De janeiro a outubro de 2015 a carteira rendeu aproximadamente R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais). O conselheiro Getúlio pergunta se o incidente em Mariana repercute nos investimentos do Instituto. O Presidente do COMINV Raphael responde que atualmente não há no Brasil política de impacto ambiental que impeça o investimento em empresas que geram tal catástrofe, como acontece em alguns países do mundo. O conselheiro Weber questiona se a meta traçada pelo Comitê traduz apenas em resguardar o patrimônio. O Conselheiro Leonardo pergunta qual o diagnóstico levantado pelo COMINV em relação a meta. O Presidente do Comitê Raphael fala que a forma como o Ministério da Previdência Social - MPS avalia a meta atrapalha a gestão da carteira. A mesma é definida anualmente através do cálculo atuarial e na avaliação do COMINV o ideal seria computá-la, anualmente, em no mínimo,

a cada quatro anos, onde permite ver resultados em investimentos a longo prazo. Para os anos seguintes, 2018, 2019, a expectativa é de ultrapassar a meta, pois muitos fundos vencem nos próximos anos e pagarão IPCA + valores acima de 6% (seis por cento). A atual equipe do COMINV tem essa visão bem clara, pensa a longo prazo tendo em vista que há um superávit financeiro capaz de arcar com as despesas orçamentárias do Instituto. Atingir a meta atuarial é algo primordial, principalmente para tentar diminuir o valor da alíquota patronal que por lei cresce com a taxa suplementar de 1% (um por cento) ao ano, ou seja, para 2016 está previsto alíquota patronal de 15% (quinze por cento). O conselheiro Marcelo pergunta como fica a carteira após a descoberta do envolvimento do BTGPactual em escândalos de corrupção. O Presidente do Comitê Raphael esclarece que embora o BTGPactual tenha sofrido queda no valor de suas ações o Instituto não tem nenhum fundo diretamente ligado as mesmas. Ainda assim, o Comitê decidiu efetuar o resgate dos fundos líquidos, em especial os dois fundos de ações, que atualmente giram em torno de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) porque o risco de imagem é grande e pode gerar prejuízos. Esse montante será realocado em fundos da Caixa Econômica Federal. O Presidente do COMINV Raphael pergunta se há mais dúvidas em relação a carteira de investimentos. Sem manifestações passa-se para o próximo item de pauta: política de investimentos. O Presidente do COMINV Raphael esclarece que a política de investimentos para o exercício de 2016 permaneceu praticamente inalterada em relação a política de 2015. O percentual de limites para aplicações em ativos de segmento de renda fixa serão: Títulos do Tesouro Nacional atrelados a Selic 20% (vinte por cento); 100% Títulos do TN 100% (cem por cento); Operações Compromissadas com Títulos do TN 0% (zero por cento); Renda fixa Referenciados sofreu alteração de 10% (dez por cento) na política de 2015 para 5% (cinco por cento) na política de 2016. O Comitê optou por não entrar mais nesse tipo de ativo e esse percentual é para resguardar e não se desenquadrar pois há uma única aplicação que ainda não atingiu a carência para resgate e que foi feita na gestão anterior. Os ativos aplicados em DI não garantem a meta mais não contabilizam rentabilidade negativa. A poupança embora seja permitida a alocação de recursos não terá limite para aplicação. Os limites para aplicações em FIDC aberto 3% (três por cento); FIDC fechado 3% (três por cento) e Créditos Privados 5% (cinco por cento). Os segmentos de renda variável mantiveram o seu percentual registrado na política de investimentos 2015. O conselheiro Weber pergunta se ao aprovar a política de investimentos há ou não possibilidade de alterá-la. O Presidente do Comitê Raphael fala que a política é flexível, deve respeitar os limites da Resolução CMN nº. 3922/10 e as alterações passam pelo aval do CMP que podem inclusive sugerir-las. Após apresentação da política de investimentos 2016 a mesma segue para aprovação dos membros presentes. A política é aprovada por unanimidade. Antes de encerrar a reunião o Presidente do Comitê e Chefe de Divisão Administrativa Raphael responde à indagações sobre os parcelamentos, que estão em dia, não havendo necessidade de retenção no FPM (Fundo de Participação dos Municípios). Quanto ao repasse patronal há cinco parcelas em atraso e que, como permitido por lei e pelo MPS, deve ser solicitado pela PMB um novo reparcelamento. Tendo discutido todos os itens de pauta e sem nada mais a acrescentar, segue com a presente Ata para registro e assinatura dos presentes.

Leonardo Cardoso de Alvarenga . titular representante do Poder Executivo na qualidade de Presidente do CMP

Marcelo Jorge da Mata . titular representante do Poder Executivo

Andrea Deborah da Costa . titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Educação (SINDUTE)

Weber de Avelar Silva . titular representante dos servidores ativos da Saúde (SINDSAÚDE)

Luiz Fernando de Souza Oliveira . titular representante dos servidores inativos e pensionistas (IPREMB).

Getulio Gonçalves Borges . titular representante dos servidores inativos e pensionistas (IPREMB).

Representantes do IPREMB

Camila Francisca Nolasco . Chefe de Divisão de Contabilidade

Raphael Fernandes Rios Prado . Presidente do Comitê de Investimentos e Chefe de Divisão Administrativa

Darlene Rocha Nunes Rodrigues - Secretária para o Ato

**(PUBLICADA NO ÓRGÃO OFICIAL DE 17/12/2015)**